



Teoria do Protecionismo e da Permuta Internacional

LIVRO | MANOÏLESCO, Mihail. *Teoria do Protecionismo e da Permuta Internacional*. Rio de Janeiro: Cepax Dei, 2011.

NUMA MAZAT | numamazat@yahoo.fr

Doutorando em Economia Política Internacional pelo PEPI/UFRJ.
Pesquisador do Grupo de Economia Política do IE/UFRJ.

A recente reedição da “*Teoria do Protecionismo e da Permuta Internacional*” do economista romeno Mihaïl Manoïlesco torna disponível para o leitor brasileiro um livro que tinha virado uma raridade de sebo. A obra de Manoïlesco, publicada pela primeira vez em francês em 1929 e depois traduzida em cinco línguas, foi muito comentada ao longo dos anos 30 (LOVE, 1998, p. 184). Assim, economistas reconhecidos tanto ortodoxos como Viner (1932) ou Ohlin (1931) quanto heterodoxos como Harrod (1930) ou Michal Kalecki (1938) resenharam o livro de Manoïlesco.

O interesse renovado pelo debate econômico brasileiro dos anos 30 e 40 entre os liberais, representados por Eugênio Gudín, e os desenvolvimentistas, representados por Roberto Simonsen, permitiu lembrar que o livro de

Manoïlesco exerceu uma grande influência no Brasil, na época. Como observa Bielschowsky (2000, p. 87), Roberto Simonsen “mencionava entusiasticamente a argumentação de Manoïlescu, que teria mostrado ‘os fundamentos científicos do protecionismo’. [...] Simonsen não só reproduziu essas conclusões como mandou traduzir o livro de Manoïlescu (1931), publicando-o através do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo”.

Numa entrevista realizada em 2004, Celso Furtado reconheceu, também, a importância da influência exercida pela obra de Manoïlesco. Ele afirma que leu a *“Teoria do Protecionismo e da Permuta Internacional”* “com curiosidade. Aliás, Prebisch fora influenciado por ele. A obra de Manoïlesco tem coisas muito positivas” (FURTADO, 2004, p. 30).

A presente resenha inicia-se com uma análise do livro de Manoïlesco, segue com algumas observações críticas sobre as contribuições da obra e acaba com um comentário sobre a tradução do original para o português.

Manoïlesco começa seu livro com um estudo sobre a produtividade média do trabalho, medida em termos monetários. Ele compara os níveis de produtividade entre os países e entre os diferentes setores de atividade. Ele demonstra, assim, que a “média da produtividade (correspondente a toda a população trabalhadora do país) [...] é sensivelmente superior nos países industriais à dos países agrícolas ou de economia mista” (MANOÏLESCO, 2011, p. 40). Esta situação é causada por uma “diferença de estrutura” (MANOÏLESCO, 2011, p. 40) entre os países industrializados e os países agrícolas. Nos países agrários, observa-se “o grosso da população trabalhando com pequena produtividade e círculos (cada vez menores) de trabalhadores trabalhando com produtividade relativamente grande” enquanto há “entre os povos industriais uma pequena fração da população trabalhando com pequena produtividade e a grande massa da nação trabalhando com grande produtividade” (MANOÏLESCO, 2011, p. 40).

Ele nota assim que nos países que ele chama “atrasados” o nível da produtividade média do trabalho é bem maior na indústria do que na agricultura. Mesmo se existe, segundo Manoïlesco, “uma inferioridade intrínseca da agricultura à qual opomos a superioridade intrínseca da indústria” (MANOÏLESCO, 2011, p. 40), uma grande heterogeneidade estrutural seria a marca do atraso econômico, sendo que nos países industrializados a distância entre as produtividades dos dois setores é bem menor. Manoïlesco escreve assim que “o contraste entre a produtividade industrial e a agrícola é maior nos países agrícolas e menor nos países industriais e adiantados” (MANOÏLESCO, 2011, p. 46). Ele acrescenta que “a civi-

lização adiantada se caracteriza pela tendência de igualdade do rendimento das diferentes atividades produtivas. Uma civilização desenvolvida faz desaparecer os contrastes econômicos muito fortes, que caracterizam as civilizações atrasadas” (MANOÏLESCO, 2011, p. 46).

Ele conclui, então, que “para os países agrícolas e atrasados, há maior vantagem relativa em passar das ocupações agrícolas às ocupações industriais” (MANOÏLESCO, 2011, p. 46). No contexto desses países, “a melhor forma, para utilização das energias nacionais, parece ser a multiplicação das indústrias superiores de grande produtividade” (MANOÏLESCO, 2011, p. 100). Mas, argumenta Manoïlesco, se a industrialização é necessária para o desenvolvimento econômico dos países agrícolas, ela não é possível no contexto do livre comércio. Ele defende a idéia que os países “atrasados” devem recorrer ao protecionismo porque o livre-cambismo manteria esses países na condição de primário-exportadores. Criticando as teorias ortodoxas, Manoïlesco escreve que “o interesse nacional não deve ser considerado só na operação de troca, mas também na operação de produção” (MANOÏLESCO, 2011, p. 99).

Manoïlesco pretende, então, “neste livro, [...] construir uma nova teoria do protecionismo, com um caráter geral” (MANOÏLESCO, 2011, p. 18), onde “a tarifa será o produto da adaptação a um terreno particular de um princípio e de um conjunto de normas, estabelecidas enfim pela teoria econômica” (MANOÏLESCO, 2011, p. 25). Apesar do parentesco com a obra de Friedrich List, Manoïlesco rejeita essa ligação afirmando que “List [...] jamais recomendou a adoção de uma proteção permanente. [...] Ele apresenta o protecionismo sob o aspecto de uma exceção, em relação ao sistema de livre-câmbio, ao qual concede o caráter de validade geral” (MANOÏLESCO, 2011, p. 17-18).

Manoïlesco considera que “o centro da teoria do comércio internacional é constituído pela célebre demonstração de Ricardo sobre as vantagens comparativas” (MANOÏLESCO, 2011, p. 65). Para estabelecer sua teoria do protecionismo, Manoïlesco se empenha em derrubar o princípio das vantagens comparativas, “o esteio mais robusto da teoria livre-cambista” (MANOÏLESCO, 2011, p. 65). Para atingir esse objetivo, ele começa analisando criticamente o famoso exemplo da produção de vinho e de tecidos em Portugal e na Inglaterra. Ele mostra que na verdade, só a Inglaterra tiraria um grande proveito da aplicação da teoria das vantagens comparativas, produzindo tecidos e importando vinho. Portanto, Manoïlesco tem a convicção que a “conclusão que [Ricardo] pretende insinuar nos espíritos” é “deixe os países agrícolas entregues à sua agricultura” (MANOÏLESCO, 2011, p. 75).

Em seguida, Manoïlesco elabora sua própria teoria do protecionismo. Ele consegue provar que “existem casos em que, produzindo-se uma certa mercadoria em condições de inferioridade manifesta em relação ao estrangeiro, o país auferir vantagem positiva e imediata, em relação ao caso em que ele importasse esta mercadoria” (MANOÏLESCO, 2011, p. 104). Desta forma, Manoïlesco antecipa a idéia de substituição das importações que a CEPAL desenvolveria posteriormente na América Latina. Manoïlesco sustenta que mesmo se um país agrícola tem uma produtividade menor na fabricação de produtos industriais do que um país industrializado, a escolha da industrialização é necessária para atingir o objetivo do desenvolvimento econômico. Isso se explica porque existe uma intensidade capitalística bem maior na indústria do que na agricultura. Para enfatizar essa visão, ele escreve que “o aumento de produtividade para os países atrasados é tão importante, quando eles passam de uma ocupação agrícola para uma ocupação industrial, que o deslocamento positivo sobre a escala da produtividade é muito grande” (MANOÏLESCO, 2011, p. 118). Isso permite, aliás, deslocar o excedente estrutural de mão-de-obra do campo, com sua baixíssima produtividade característica nos países agrícolas, para o setor industrial, muito mais produtivo.

Entretanto, se não houver uma ação do governo dos países agrícolas para proteger sua produção industrial própria, Manoïlesco argumenta que os bens manufaturados provenientes dos países industrializados ocupariam todo o mercado local. Segundo o economista romeno, a industrialização dos países agrícolas depende, então, da criação de barreiras alfandegárias compensatórias ou de subsídios à indústria local para evitar uma concorrência desleal dos produtos manufaturados estrangeiros. Isso leva Manoïlesco a concluir que “o fim natural da proteção, fim que comporta vantagens visíveis e medíveis, é o de incrementar a indústria nacional, até que ela satisfaça as necessidades do mercado interno” (MANOÏLESCO, 2011, p. 128).

Enfim, Manoïlesco enfatiza a necessidade de elaborar análises econômicas mais adaptadas às peculiaridades da situação dos países agrícolas. Nas palavras de Manoïlesco:

Nestes países agrícolas de que falamos, a ciência econômica – como toda a fabricação fina – é também importada. Assim sendo, não é uma ciência nacional. É a ciência dos outros, justamente daqueles que se encontram na situação econômica oposta e que, de um modo natural e inconsciente,

generalizam os benefícios do comércio exterior, que não são gerais, mas sim particulares a certos países (MANOÏLESCO, 2011, p. 122).

As contribuições contidas na “*Teoria do Protecionismo e da Permuta Internacional*” permitem afirmar que Manoïlesco foi um dos “precursores do pensamento desenvolvimentista” (BASTOS & BRITTO, 2010, p. 7). Ele formulou críticas contundentes à doutrina das vantagens comparativas, dominante na época, deu uma sustentação teórica tanto ao protecionismo quanto à necessidade da prática de políticas voluntaristas de industrialização nos países em desenvolvimento. O trabalho de Manoïlesco antecipa já as políticas de substituição das importações que iam ser implementadas em muitos países em desenvolvimento a partir dos anos 30. Esses avanços foram reconhecidos por Kalecki que afirma o seguinte na sua resenha do livro de Manoïlesco:

It may [...] be claimed, I think, that it is the author [Manoïlesco] and not the “orthodox” economists who are right in their solution of protection in agricultural countries. [...] It is realistic to assume that in an agricultural country there is some unemployment, manifest or disguised, and thus the supply of new saving is by no means fixed: it is equal to the investment undertaken [...]. If some new industry is protected, opportunity for investment increases, and the supply of capital rises *pro tanto* (KALECKI, 1938, p. 711).

Mas a obra de Manoïlesco tem também certas limitações. Em primeiro lugar, a argumentação do economista romeno contra a teoria das vantagens comparativas de Ricardo é muito sustentada em exemplos numéricos enquanto deveria ser um pouco mais teórica.

Segundo, Manoïlesco não explica como seria financiado o investimento para a industrialização dos países agrícolas. Num primeiro tempo, as máquinas e equipamentos necessários para o processo de industrialização deveriam ser, na sua grande maioria, importados. Neste caso, a questão seria de saber como obter as divisas necessárias para realizar essas importações. Essa restrição de balanço de pagamento, uma das características das economias primário-exportadoras, não foi tratada por Manoïlesco. Além disso, ele não pensou no risco de uma industrialização às custas da modernização do setor agrícola, que poderia amplificar ainda mais a heterogeneidade estrutural típica deste tipo de economia.

Terceiro, ao contrário do que Manoïlesco parece achar, o protecionismo não pode representar, sozinho, a resposta para a questão da industrialização e do desenvolvimento econômico dos países primário-exportadores. Manoïlesco negligencia uma série de mudanças estruturais, políticas e institucionais que devem ser feitas para resolver os problemas do subdesenvolvimento. Aliás, Kalecki apontou claramente essa fraqueza da análise do economista romeno:

The imports per head of poor agricultural countries are always very small, and so is the industrial production which is established on the basis of protection. To represent the free trade as the only obstacle for the economic progress of backward countries is to divert attention from such urgent social problems as land reform and others (KALECKI, 1938, p. 711).

Quarto, o compromisso didático de Manoïlesco para afirmar suas posições torna a leitura do livro às vezes um pouco penosa. Ele repete inúmeras vezes cada uma de suas conclusões e multiplica demais os exemplos para ilustrá-las.

Por fim, é interessante observar que se sua influência no debate econômico foi importante até o fim da Segunda Guerra Mundial, Manoïlesco era, também, um teórico importante do corporativismo. Seu livro “o Século do Corporativismo” foi muito difundido nos países que adotaram um regime autoritário baseado nessa doutrina, como o Portugal de Salazar, a Espanha de Franco ou a Itália de Mussolini. Manoïlesco aproximou-se, então, muito dos movimentos de extrema-direita romenos a partir de 1938, se tornando ministro do exterior do governo profascista que tomou conta do seu país com a benção da Alemanha Nazista a partir de 1940. Joseph Love (1998, p. 231) considera que “se as ligações políticas do romeno nos últimos anos da década de 1930 houvessem sido menos estreitamente vinculadas ao fascismo romeno e às aspirações do Terceiro Reich”, as contribuições de Manoïlesco “poderiam ter exercido maior influência nos países do Terceiro Mundo da era do pós-guerra”.

Enfim, os últimos comentários dizem respeito à tradução do livro para o português. É uma tradução muito antiga e a comparação com a edição original em francês permite identificar muitas aproximações. Entretanto, isso não constitui um impedimento para o leitor brasileiro redescobrir uma obra importante.

Referências bibliográficas

- BASTOS, C. P. & BRITTO, G. (2010) *Introdução*. In: Agarwalla A. N. & Singh S. P. (org) "A Economia do Subdesenvolvimento". Rio de Janeiro: Editora Contraponto/Centro Celso Furtado.
- BIELSCHOWSKY, R. (2000) *Pensamento Econômico Brasileiro. O Ciclo Ideológico do Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Contraponto.
- FURTADO, C. (2004) *Entrevista*. Realizada por Rosa Maria Vieira. Rio de Janeiro: Revista História Oral, UFRJ, n°7, pp. 21-40.
- HARROD, R.F. (1930) *Resenha de Mihail Manoïlescu, "Théorie du Protectionisme et de l'Echange International »*. London : Journal of the Royal Institute of International Affairs, Vol. 9, No. 2, pp. 250-251.
- KALECKI, M. (1938) *Resenha de Mihail Manoïlescu, "Die Nationalen Produktivkraefte und der Aussenhandel"*. Saint Andrews: Economic Journal, Vol. 48, n° 192, p. 708-711.
- LOVE, J.L. (1998) *A Construção do Terceiro Mundo. Teorias do Subdesenvolvimento na Romênia e no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- OHLIN, B (1931) Protectionism and Non Competing Groups. *Weltwirtschaftliches Archiv* 33, Part 1, pp. 30-45.
- VINER, J. (1932) *Resenha de Mihail Manoïlescu, "The Theory of Protection and International Trade"*. Chicago: Journal of Political Economy, Vol. 40, No. 1, pp. 121-125.